



Saberes indígenas e mudanças climáticas: a incorporação dos conhecimentos tradicionais como pressuposto para a justiça climática

Indigenous knowledge and climate change: the incorporation of traditional knowledge as a prerequisite for climate justice

Luisa Giannini

<https://orcid.org/0000-0002-4365-8887>

Professora substituta do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio);

<http://lattes.cnpq.br/5667335728160403>.

luisa.giannini@ufrr.br.

Rickson Rios Figueira

<https://orcid.org/0000-0001-6138-830X>

Professor Adjunto no Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF);

<http://lattes.cnpq.br/0916704121506374>

rickson.figueira@ufrr.br.

Reinaldo da Silva Oliveira

<https://orcid.org/0009-0003-0726-1799>

Bacharel em Gestão Territorial Indígena pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), indígena da etnia macuxi, comunidade Sabiá, Terra Indígena São Marcos

<http://lattes.cnpq.br/1208258468748669>

reinaldinho25@hotmail.com

Resumo

As mudanças climáticas afetam os ecossistemas e populações de maneira desigual, com os povos indígenas entre os mais afetados. Partindo da premissa de que os povos indígenas não só enfrentam desproporcionalmente os impactos das mudanças climáticas, mas também possuem um papel crucial na adaptação e mitigação a esse processo, nosso artigo discute a importância de não somente enxergarmos os indígenas como ‘vulneráveis’ ao fenômeno climático, mas também de reconhecer, respeitar e incorporar seus conhecimentos tradicionais como fundamentais para discutirmos as questões ambientais. Argumentamos que, para de fato alcançarmos uma justiça climática, é fundamental incorporar os saberes indígenas no discurso climático, descolonizando as discussões e buscando a redistribuição de ônus e benefícios. Isso requer uma mudança epistemológica, que só é possível de acontecer com a maior participação dos povos indígenas nas negociações em âmbito global.

Palavras-chave

Povos Indígenas. Mudanças Climáticas. Conhecimentos Indígenas.

Indigenous knowledge and climate change: the incorporation of traditional knowledge as a prerequisite for climate justice

Abstract

Climate change affects ecosystems and populations unevenly, with indigenous peoples among the most affected. Starting from the premise that indigenous peoples not only disproportionately face the impacts of climate change but also play a crucial role in adaptation and mitigation to this process, our article discusses the importance of not only viewing indigenous communities as ‘vulnerable’ to the climate phenomenon but also recognizing, respecting, and incorporating their traditional knowledge as essential in addressing environmental issues. We argue that to truly achieve climate justice, it is fundamental to incorporate indigenous knowledge into the climate discourse, decolonizing discussions and seeking the redistribution of burdens and benefits. This requires an epistemological shift, which can only occur with greater participation of indigenous peoples in global negotiations.

Keywords

Indigenous peoples. Climate Change. Indigenous Knowledges.

1. Introdução

“Os Povos Indígenas enfrentam desafios de adaptação há séculos e desenvolveram estratégias de resiliência em ambientes em mudança que podem enriquecer e fortalecer

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.29, n.02, e7879, Jul./Dez. 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v29i02.7879>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

outros esforços de adaptação” (IPCC, 2023, p. 108). Dessa maneira, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹ marcava uma virada de chave no tratamento das mudanças climáticas.² Em avaliações anteriores, os conhecimentos e questões indígenas estiveram bastante sub-representados. Nesses relatórios, privilegia-se a ciência positivista e as perspectivas tecnocráticas. Essa configuração é resultado das próprias regras que governam a dinâmica do IPCC e na posicionalidade dos autores sobre o objeto de pesquisa. Nesse contexto, saberes que fogem aos padrões cartesianos, como os conhecimentos indígenas, foram por décadas marginalizados nas discussões sobre mudanças climáticas. Hoje, porém, podemos afirmar que, mesmo que a passos lentos, o “espaço discursivo para considerar questões indígenas também está se expandindo tanto dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) quanto internamente em algumas nações” (FORD et al., 2016, p. 349).

A relação entre povos indígenas e mudanças climáticas é inegável. Os povos indígenas estão entre as populações mais vulneráveis aos efeitos desse fenômeno, por habitarem áreas que sofrem mudanças rápidas, alta dependência de meios de subsistência baseados em recursos naturais e desvantagem socioeconômica. Por outro lado, para além de serem cruciais nessa discussão em razão do impacto que têm as mudanças climáticas sobre seu modo de vida, os povos indígenas também são importantes por seu conhecimento e relação com a natureza, dos quais decorrem estratégias de adaptação. Nesse sentido, no presente texto, examinamos a relação entre os povos indígenas e as discussões em nível internacional sobre mudanças climáticas, dirigindo um olhar específico sobre a importância da incorporação dos conhecimentos indígenas nesses processos.

O trabalho se fundamenta no quadro teórico da colonialidade climática, orientado por discussões que analisam o modo como as presentes estruturas sociais, políticas e econômicas (re)constróem, no âmbito das negociações climáticas, as antigas relações coloniais. Isto considerado, a pesquisa foi baseada tanto em conhecimentos produzidos por

1 O IPCC é uma instituição epistêmica encarregada da tarefa de resumir o estado de nosso conhecimento sobre as causas das mudanças climáticas, os impactos atuais e futuros e as possíveis estratégias para atrasar, limitar ou mitigar o seu impacto.

2 Nos relatórios do IPCC, as mudanças climáticas são tratadas de modo abrangente, decorrendo de ações antrópicas (tais como a queima de combustíveis fósseis e desmatamento), que têm por consequência o aquecimento global e seu impacto no clima do planeta, causando efeitos, inclusive através de eventos extremos, ao meio ambiente e às sociedades que nele habitam (IPCC, 2020).



indígenas, ao desenvolverem suas próprias estratégias de mitigação e adaptação, quanto também em fontes de autores indígenas do Brasil e de outros países.

Para isso, nosso artigo é dividido em três partes: na primeira, examinamos criticamente a posição dual dos povos indígenas frente às mudanças climáticas, considerados altamente vulneráveis e, ao mesmo tempo, detentores de ferramentas próprias, capazes de responder ao fenômeno; na segunda parte, fazemos um levantamento de como essas posições vêm se expressando nas estruturas da governança global das mudanças climáticas; e, por fim, na terceira, discutimos a razão por que a incorporação dos saberes indígenas é um caminho importante para a realização da justiça climática.

2. *Povos indígenas e mudanças climáticas: o impacto para os povos originários e a importância de suas epistemologias*

Os povos indígenas têm sido reiteradamente destacados nas discussões e literatura sobre mudanças climáticas como uma das populações mais vulneráveis. Esse impacto desproporcional em determinados grupos se dá principalmente por sua forte dependência dos recursos naturais, maior vulnerabilidade econômica, restrito acesso a investimentos e tecnologias e até mesmo por viverem em ecossistemas frequentemente mais expostos aos impactos das mudanças climáticas. Esses processos aprofundam sua condição histórica de marginalidade e exclusão e propulsionam processos que aprofundam sua vulnerabilidade, como a migração ou exploração. Ao mesmo tempo em que são uma das principais vítimas das mudanças climáticas pelas questões indicadas, os povos indígenas também são agentes centrais no processo de mitigação e adaptação a esse fenômeno. Seus conhecimentos vêm crescentemente sendo reconhecidos como fundamentais para lidarmos – indígenas e não indígenas – com os efeitos do processo global de alterações no clima.

Considerando essa posição dual dos povos indígenas, a presente seção tem como objetivo examinar a relação entre eles e o fenômeno das mudanças climáticas nas duas dimensões mencionadas: primeiramente, no impacto que têm as mudanças climáticas sobre o modo de vida das comunidades indígenas e, em seguida, na capacidade desses povos de construir estratégias baseadas em seus conhecimentos tradicionais para se adaptarem às transformações impostas pelo fenômeno climático.



2.1. Povos indígenas e mudanças climáticas: as vulnerabilidades históricas e multidimensionais

Os ecossistemas podem ser mais resistentes ou mais vulneráveis às mudanças climáticas. Os cientistas do IPCC consideram que mais de 3 bilhões de pessoas vivem hoje em contextos altamente vulneráveis a esse fenômeno. A degradação provocada nos ecossistemas e seus recursos vem demonstrando “impactos em cascata e de longo prazo sobre as pessoas em todo o mundo,” destacando-se, porém, os efeitos sobre os povos indígenas (IPCC, 2023, p. 12). A avaliação feita pelos cientistas toma por base a irreversibilidade do fenômeno, a distribuição dos impactos e a dinâmica rápida e precoce dos câmbios climáticos para as terras tradicionais. Pesquisas vêm demonstrando o impacto das mudanças climáticas para os diferentes povos indígenas pelo mundo. Para os povos indígenas do Ártico e de pequenas ilhas,³ locais onde as mudanças são mais visíveis, o modo de vida das populações autóctones vem sendo profundamente impactado pelo derretimento glacial, com um forte efeito sobre a saúde desses indivíduos. Na Austrália, pesquisas recentes apontam os riscos das mudanças climáticas para o modo de vida, saúde e cultura aborígene (VELAND et al., 2013, p. 315). Os efeitos das mudanças climáticas sobre os povos indígenas são multidimensionais, alcançando as esferas econômica, social, espiritual, cultural e de bem-estar e saúde (DOROUGH, 2021).

As pesquisas sobre a vulnerabilidade às mudanças climáticas enfatizam que as comunidades indígenas se encontram entre os grupos mais atingidos. Contribuem para essa condição fatores como o isolamento, o pequeno tamanho das populações e, inclusive, a ausência do reconhecimento de direitos sobre seus territórios e recursos nele presentes. Esses elementos resultariam, portanto, em um alto impacto econômico, social e ambiental, uma vez que essas populações “dependem de ativos biológicos, ecológicos, culturais e sociais (incluindo o conhecimento tradicional e indígena) para sua subsistência, que, além disso, depende do equilíbrio dos reinos social, natural e espiritual” (NAKASHIMA, 2012, p. 40).

3 O Quarto Relatório de Avaliação do IPCC (2023, p. 15) conclui que as regiões polares e os pequenos Estados insulares vêm enfrentando os impactos mais significativos das mudanças climáticas devido ao derretimento glacial e aumento do nível dos mares.



As repercussões das variações climáticas, como é de amplo consenso, tendem a abranger de maneira sem precedentes as esferas econômicas, sociais, ambientais e políticas. A degradação ambiental, por exemplo, tem efeito sobre os ecossistemas, afetando a flora e a fauna, terrestre e marítima, além de impactar a disponibilidade e qualidade da água para consumo humano. Esses fenômenos, por sua vez, ocasionam efeitos secundários, afetando o modo de vida, a segurança alimentar e a saúde dos povos indígenas, considerando que a pressão de adaptação às novas condições impostas pelas mudanças climáticas “podem causar impactos adicionais como o conflito, a migração, maior desigualdade de renda e pobreza” (KRONIK; VERNER, 2010, p. 5).

Para os povos indígenas da Amazônia, a questão de maior premência é a transformação em curso do ecossistema amazônico de uma floresta tropical para cerrado, causada pelo aumento das temperaturas e redução da umidade do solo. “Se as atuais tendências de desmatamento continuarem, 30% da floresta amazônica terá desaparecido até 2050,” o que, por sua vez, levaria a um processo de desertificação em vastas áreas de todo o continente americano (KRONIK; VERNER, 2010, p. 6).

Constata-se, portanto, a forte vulnerabilidade dos povos indígenas às mudanças climáticas em face do severo impacto desse fenômeno em seu modo de vida e na disponibilidade de recursos dos quais essa população depende diretamente para atender às suas necessidades básicas. De acordo com os estudos sobre os efeitos da alteração climática na vida dos povos indígenas, “os riscos associados às mudanças climáticas aumentam quando combinados com a pobreza” e “dependem fortemente das realidades sociais, políticas e econômicas locais e das políticas governamentais” (KRONIK; VERNER, 2010, p. 10).

Por mais que reconheçamos que povos indígenas estão entre os grupos mais afetados pelas mudanças climáticas, duas questões merecem ser destacadas. A primeira diz respeito ao fato de que a vulnerabilidade dos povos indígenas às mudanças climáticas é marcada por uma “intersecção histórica e por processos políticos, econômicos e culturais contemporâneos de marginalização” (NUSDEO; SILVA, 2023, p. 9). Tratar acriticamente das vulnerabilidades dos povos indígenas sem dirigir atenção à questão da colonização “como um desastre contínuo” imposto sobre os povos indígenas, significa tratar “os desastres



secundários, como pobreza, problemas de saúde e dependência do bem-estar, como principais contribuintes para a alta vulnerabilidade às mudanças climáticas” (VELAND et al., 2013, p. 316). A autorrepresentação dos povos indígenas diante dos fenômenos climáticos é a segunda questão. Os indígenas raramente se colocam na posição de impotentes ou incapazes de enfrentar os riscos causados pelas mudanças climáticas. Por mais que demonstrem suas preocupações com os graves efeitos das mudanças climáticas em seus territórios e seus povos, os povos indígenas também “expressam sistematicamente confiança em sua capacidade de se adaptar a quaisquer circunstâncias que as mudanças climáticas possam trazer” (NAKASHIMA, 2012, p. 40). Assim, ao referir-se aos povos indígenas no contexto das discussões acerca das mudanças climáticas, para entender-se a condição de ‘vulnerabilidade’ desse grupo étnico-social, há que se considerar a dimensão da colonialidade a que estão até hoje sujeitos, mas também sua capacidade de resiliência sociocultural.

2.2. Povos indígenas e mudanças climáticas: os saberes indígenas

O Relatório de Avaliação do IPCC, mencionado na introdução, que avaliava os impactos das mudanças climáticas – por meio da observação dos ecossistemas, da biodiversidade e das comunidades humanas nos níveis global e regional – e analisava as vulnerabilidades e as capacidades e limites do mundo natural e das sociedades humanas para se adaptar às mudanças climáticas ao longo do ano 2022, também reconhece a importância de se apoiar a autodeterminação indígena. O Relatório, elaborado pelo Painel de cientistas, enfatiza que “reconhecer os direitos dos Povos Indígenas e apoiar a adaptação baseada no conhecimento indígena pode acelerar caminhos robustos e eficazes de desenvolvimento resiliente ao clima” (IPCC, 2023, p. 108–109). Há, portanto, uma mudança no paradigma, que passa a valorizar os sistemas de conhecimento indígenas como parte fundamental para se alcançar a justiça climática.

Para falarmos sobre povos indígenas e mudanças climáticas devemos frisar o lugar da natureza em seu modo de vida. Para muitos grupos indígenas, a Terra é personificada pela figura materna (Mãe Terra). Ela é mais do que simplesmente um espaço físico. A ela também é conferido um papel espiritual. “Não existe nada mais importante para os povos



indígenas do que lutar pela Mãe Terra, que representa a sua casa e a morada de todos os seres visíveis e invisíveis que integram o seu modo de vida tradicional” (OLIVEIRA; DO VALE, 2014, p. 11). É importante destacar, porém, que nos referimos a povos que habitam as mais diversas regiões do mundo, cada um deles tendo, nesse sentido, suas particularidades culturais – costumes, crenças, hábitos e conhecimentos próprios. Todavia, um elemento os une: muitos desses povos desenvolvem uma compreensão sobre a relação com a natureza que os cerca alternativa às epistemologias da sociedade não indígena. A filosofia Tri Hita Karana, originária de Bali, por exemplo, estabelece que para o bem-estar e prosperidade de toda a humanidade três relacionamentos harmoniosos devem ser cultivados: entre humanos; dos humanos com seus Deuses; e dos humanos com o meio ambiente (CUSATO, 2017, p. 492). À natureza é conferido um caráter espiritual.

O modo de vida indígena pressupõe uma relação simbiótica com o ecossistema em seu entorno. Existe uma deferência com a terra e os recursos naturais. Essa noção está presente no relatório do IPCC, do qual consta que o conhecimento dos povos indígenas, presente nas práticas de uso dos recursos naturais e estratégias de administração dos ecossistemas, possui grande importância para a discussão das mudanças climáticas. Essas práticas conservam e aprimoram a biodiversidade e fazem com que as terras gerenciadas por indígenas tenham seus ecossistemas geralmente menos degradados e suas espécies conservadas (IPCC, 2023, p. 109)

As mudanças climáticas, nesse sentido, afetam diretamente a relação dos povos indígenas com o meio ambiente, já que modificam profundamente o ecossistema em que vivem. O conhecimento indígena acerca da natureza possibilita uma adaptação de acordo com as dinâmicas naturais do ecossistema, mas os câmbios climáticos distorcem essas dinâmicas. Na fala de Ailton Krenak, pode-se identificar a percepção referente às mudanças do meio ambiente e suas consequências para práticas tradicionais de seu povo:

Muito antes dos complexos sistemas de medição e monitoramento dos brancos darem o sinal de perigo, nossos avós já mostravam como nossas caças iam se afastando das aldeias, e muitas de nossas plantas medicinais desapareciam de seus habitats, como ocorreu na nossa região do Médio Rio Doce, onde vive o povo Krenak (KRENAK, 2018, p. 21).



Por mais que a capacidade de adaptação seja uma decorrência dos conhecimentos indígenas – expressão que preferimos empregar, seguindo Dorrough (2021), em detrimento da usualmente utilizada “conhecimentos tradicionais,” por estar esta frequentemente associada à ideia de algo antigo ou arcaico –, as mudanças climáticas, desafiam a aplicabilidade dos saberes compartilhados.

Uma importante característica desses saberes é a intergeracionalidade, ou seja, a transferência do conhecimento de geração a geração. A dimensão da intergeracionalidade dos saberes indígenas é um componente central na integração da comunidade e de ser igualmente fator de conexão entre povos indígenas. A transmissão de ensinamentos entre gerações acerca do ambiente natural, consolidando a profunda conexão do povo com seu território e os recursos nele presentes, é elemento constitutivo da identidade indígena. A reprodução dos saberes que regem as relações harmônicas com a natureza ao longo de gerações configura uma importante prática que marca a dinâmica de vida dos povos indígenas.

Os efeitos das mudanças climáticas, porém, vêm tomando lugar de maneira acelerada, a ponto de afetar a própria dinâmica da intergeracionalidade. A velocidade com que as mudanças no clima vêm impactando os ecossistemas afeta a capacidade de transmissão de conhecimento entre gerações (DOROUGH, 2021). Os indígenas que participaram do estudo de caso do CIR atestam esse efeito:

Nós percebemos que o tempo está mudando. Conversando com meu pai, ele previa que a derrubada aconteceria até março. Mas começou a chover fora de hora e, hoje, estamos vendo que está inverno e o verão desordenado prejudicou a plantação (OLIVEIRA; DO VALE, 2014, p. 98).

Mesmo sendo marcado pelo dinamismo e capacidade de adaptação, os saberes indígenas sobre o meio ambiente têm sua dimensão fundamental impactada pelas mudanças climáticas. A problemática reverbera em questões mais imediatas como o manejo dos recursos do território, mas, como visto, também envolve dimensões mais amplas como a própria estruturação dos papéis nas comunidades indígenas. Ainda assim, os conhecimentos indígenas são referências importantes para a fundamentação de recursos de adaptação da população global como um todo ao fenômeno das mudanças climáticas. A importância dos



conhecimentos indígenas para encontrarmos soluções para mitigar os efeitos e riscos das mudanças climáticas, além de reconhecidos pelo IPCC, também são defendidos por algumas autoridades em esfera nacional.

3. *Evolução histórica da participação dos povos indígenas na governança das mudanças climáticas*

Uma importante forma de engajamento na questão das mudanças climáticas e que mais recentemente vem ganhando maior expressão é a participação das organizações dos povos indígenas nos processos da governança global das mudanças climáticas. Os povos indígenas foram largamente marginalizados nos primeiros anos de consolidação da governança global das mudanças climáticas. Maior espaço foi reivindicado pelos povos indígenas por época da COP3, através de maior financiamento e um status oficial dentro do sistema da UNFCCC. Porém, é na fase pós-Kyoto que essa mobilização começa a ganhar força e os povos indígenas começam a se colocar como parte interessada nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas (YAMIN; DEPLEDGE, 2004, p. 54). No ano de 2000, representantes de diversas organizações indígenas realizaram seu primeiro engajamento oficial com a UNFCCC por meio da Declaração do Primeiro Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC). O documento expressava o interesse dos povos indígenas de participação nas discussões e negociações sobre o tema e também demonstrava uma posição consolidada com relação aos desenvolvimentos da governança global das mudanças climáticas (Cf. IIPFCC, 2000, Parágrafos 8-10).

A Declaração representou um momento crucial na articulação dos povos indígenas em nível internacional. A partir desse momento, os povos indígenas passaram a peticionar reiteradamente por sua participação efetiva no sistema da UNFCCC. Em resposta, o Secretariado da Convenção reconheceu as organizações dos povos indígenas como uma *constituency*⁴ oficial no ano de 2001. Essa mudança foi importante uma vez que formalizou

4 O sistema de *constituencies* se formou a partir de uma prática informal, a partir de ações concertadas entre o secretariado da UNFCCC e das próprias ONGs, uma vez que não existiam regras que pudessem definir a forma de participação das organizações observadoras e as Partes da Convenção, por sua vez, não se mobilizaram para guiar esse processo (DEPLEDGE, 2005, p. 214). Cada uma dessas *constituencies* possui suas próprias estruturas de coordenação e ponto(s) focal(is), sendo altamente diversas (UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE SECRETARIAT, 2022, p. 31).



a participação dos povos indígenas nas Conferências das Partes (COPs), possibilitando acesso aos recursos oferecidos às demais organizações reconhecidas enquanto *constituencies*, o que inclui o direito de fala (BELFER et al., 2019, p. 15). Apesar de representar um grande passo para as organizações indígenas, esse avanço ainda não contemplava a participação nas negociações formais, que possibilitaria aos povos indígenas a capacidade de influência nos assuntos de seus interesses.

Em 2008, os povos indígenas criaram oficialmente o IIPFCC. A ideia era que fosse um fórum aberto para que qualquer povo indígena interessado pudesse acompanhar os processos do sistema da UNFCCC e unificar suas posições. Esse movimento de reunião das organizações dos povos indígenas “reflete e, até certo ponto, cresceu a partir do engajamento indígena em outras áreas de questões internacionais, especialmente a proteção dos direitos humanos e suas entidades de governança” (POWLESS, 2012, p. 412).

Paralelamente aos desenvolvimentos no âmbito da UNFCCC, os povos indígenas conseguiram grandes vitórias nos fóruns internacionais, o que inclui a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, e a Resolução 10/4 do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre direitos humanos e mudanças climáticas, de 2009, que reconhece que os efeitos das mudanças climáticas, apesar de impactarem a todos, seria sentido de forma mais aguda por alguns segmentos da população que já se encontram em situações de vulnerabilidade, incluindo os povos indígenas. Esses documentos foram por vezes referenciados em decisões da UNFCCC. Dois exemplos são os Acordos de Cancún, de 2010, e o Acordo de Paris, de 2015. Este último tem um papel importante no avanço da participação dos povos indígenas no sistema da UNFCCC, uma vez que reconheceu os povos indígenas como partes interessadas nas discussões climáticas (ACORDO DE PARIS, 2015).

Muitos autores destacam, sobre a participação indígena nas COPs, que suas interações ainda estão largamente centralizadas na visibilidade simbólica, havendo pouca interação com as negociações (BELFER et al., 2019, p. 15). Para tentar remediar esse problema, em 2018, na COP24, foi criado um órgão constituído chamado de Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP). A criação da Plataforma fez parte de um movimento maior de reconhecimento da importância dos povos indígenas nas questões climáticas, que



tem como marco o Acordo de Paris. A LCIPP foi criada para ser um mecanismo através do qual os povos indígenas possam realizar um trabalho eficaz de *lobby* e *advocacy* nas reuniões e sessões da UNFCCC (JUN et al., 2020, p. 2). A Plataforma funciona através de um tripé que envolve a valorização dos conhecimentos indígenas; o desenvolvimento da capacidade de engajamento dos povos indígenas; e a facilitação da integração dos conhecimentos indígenas na construção das políticas e ações de mudança climática (UNFCCC, 2018, Parágrafo 6).

Ainda assim, parece existir uma dificuldade de enquadramento da necessidade de maior influência deliberativa por parte dos povos indígenas dentro desse sistema da UNFCCC.

Em teoria, com as funções definidas, a Plataforma atenderia à demanda indígena para um espaço formal de participação e de construção de capacidades para uma participação efetiva na Convenção, permitindo um espaço formal de articulação para os povos indígenas e as instâncias da UNFCCC. Entretanto, mesmo com essa conquista, barreiras de financiamento para participação continuam latentes para os indígenas. Embora o processo de projetar a plataforma pareça incluir as visões indígenas, a própria estrutura não reconhece os papéis que as relações desiguais de poder e o colonialismo desempenham na marginalização dos povos indígenas. Atenção limitada é dada às barreiras institucionais da UNFCCC e às desvantagens de buscar a “integração” do conhecimento como um fim em si (BORTOLOTTI, 2020, p. 62).

A capacidade de influência dos povos indígenas, com a conseqüente incorporação de seus saberes nas discussões climáticas, ainda é bastante pequena. A abertura institucional para as organizações dos povos indígenas é consideravelmente limitada. Enquanto as COPs são reconhecidas como o principal fórum de tomada de decisão para tomada de decisão dentro do processo da UNFCCC, muitos especialistas relatam que existem outras reuniões ao longo do ano que possuem maior influência no resultado final dos acordos. E, como esperado, é um número pequeno de representantes indígenas que consegue participar dessas sessões, workshops e reuniões ao longo do ano. Para os consultores técnicos, as reuniões pré-COPs acontecem a cada dois meses. Por mais que essas sejam discussões muito mais técnicas, o menor tamanho e a natureza preliminar dos encontros fornecem vantagens importantes, como a oportunidade de intervir na definição da agenda, maior e mais fácil acesso às delegações governamentais e a chance de determinar suas posições antes de as



COPs acontecerem (BELFER et al., 2019, p. 21). A LCIPP é um importante passo nesse sentido, uma vez que cria uma plataforma permanente de trabalho dos povos indígenas no âmbito da UNFCCC, possibilitando não só uma presença constante, mas também o desenvolvimento de alianças.

4. *Buscando a justiça climática: os saberes indígenas e a descolonização das discussões climáticas*

A incorporação dos saberes indígenas no espaço discursivo das questões climáticas, tanto em âmbito do IPCC, quanto dentro da UNFCCC, tem um papel primordial no sentido de articular as prioridades dessa agenda e de conduzir as ações que serão tomadas. Assim, deve-se compreender o importante passo dado pelo Painel ao reconhecer o valor tanto do conhecimento indígena como do conhecimento científico na avaliação dos processos de adaptação às mudanças climáticas. Caminhar no sentido de uma justiça climática significa precisamente engajar com a produção de conhecimento e com os enquadramentos epistemológicos indígenas, “envolvendo-se com a práxis de resultados materiais e experiências vividas” (SULTANA, 2022, p. 6). É, portanto, um movimento decolonial. Não se trata apenas de reconhecer os problemas, a justiça climática pressupõe descentralizar as epistemologias dominantes e, conseqüentemente, trabalhar em prol de “uma prática que leva a sério a coprodução” (SULTANA, 2022, p. 6). Trabalha-se, nesse sentido, pela justiça distributiva, “que se refere à alocação de ônus e benefícios entre indivíduos, nações e gerações” (IPCC, 2023, p. 7) e também por reparações e restituições, considerando que a resposta à questão climática será um fator determinante para a possibilidade de justiça (e injustiça) (TÁÍWÒ, 2022, p. 158).

A construção de uma justiça climática, nesse sentido, pressupõe não somente um confronto com as ideologias e estruturas (neo)coloniais, mas também um trabalho para desestabilizar as construções imaginárias geográficas e seus resultados materiais (SULTANA, 2022, p. 7). A valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas – e conseqüentemente a reconfiguração da matriz antropocêntrica que informa o olhar institucional sobre o fenômeno das mudanças climáticas – é um movimento fundamental.

A reparação climática começa não só com o reconhecimento de saberes indígenas. A incorporação de suas vozes precisa fazer parte do processo de (re)construção de mundo.



Nele encontra-se também implicada a outorga de um papel de maior preponderância de representantes indígenas nas próprias negociações climáticas que ocorrem no âmbito da UNFCCC. Hoje, por mais que seja amplamente anunciado o engajamento dos povos indígenas nas COPs, essa participação ainda é marcada pela marginalização nos processos decisórios, sendo sua participação mormente limitada aos eventos laterais.

5. *Considerações Finais*

Até o momento, o aprimoramento dos canais através dos quais os povos indígenas podem se organizar e manifestar suas posições no sistema da UNFCCC vem demonstrando frutífero no que diz respeito à criação de mais espaços e direitos para os povos indígenas nesse regime. Nos últimos anos, desenvolvimentos promissores aconteceram:

[A] Política de Povos Indígenas do Fundo Verde para o Clima de 2018 define o padrão para incorporar as considerações dos povos indígenas quando o Fundo toma decisões de financiamento sobre esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) fez seu primeiro reconhecimento do conhecimento dos povos indígenas e do papel crucial na implementação de uma ação climática ambiciosa por meio de seu Relatório Especial de 2019 sobre Mudanças Climáticas e Terra (JUN et al., 2020, p. 2).

Por mais que todos esses movimentos possam ser considerados avanços, eles ainda são insuficientes. As *constituencies* e a LCIPP representam passos importantes no reconhecimento de que não existe mais a possibilidade que discussões sobre mudanças climáticas aconteçam sem a inclusão dos povos indígenas e que não levem em consideração seus conhecimentos. Ainda há a necessidade, porém, de que se criem plataformas através das quais as organizações dos povos indígenas possam ter um engajamento significativo no processo decisório, pois só assim será possível a real incorporação não só de suas perspectivas e conhecimento tradicional, mas também de suas propostas. Isso significa que é necessário desafiar a violência epistêmica que toma lugar nas esferas de negociação da governança global. Requer-se, nesse sentido, a promoção da pluriversalidade ao invés da colonialidade climática.

Referências

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.29, n.02, e7879, Jul./Dez. 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v29i02.7879>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

BELFER, E. et al. Pursuing an Indigenous Platform: Exploring Opportunities and Constraints for Indigenous Participation in the UNFCCC. **Global Environmental Politics**, v. 19, n. 1, p. 12–33, fev. 2019.

BORTOLOTTI, F. **Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta**. Dissertação de Mestrado—Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

CUSATO, E. T. Beyond Symbolism. **Journal of International Criminal Justice**, v. 15, n. 3, p. 491–507, 1 jul. 2017.

DEPLEDGE, J. **The organization of global negotiations: constructing the climate change regime**. Sterling, VA: Earthscan, 2005.

DOROUGH. **The Use of Indigenous Traditional Knowledge in Climate Change Strategies** | Wilson Center. Online, 3 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/use-indigenous-traditional-knowledge-climate-change-strategies>>. Acesso em: 30 jul. 2023

FORD, J. D. et al. Including indigenous knowledge and experience in IPCC assessment reports. **Nature Climate Change**, v. 6, n. 4, p. 349–353, abr. 2016.

HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Resolution 10/4. Human rights and climate change**. Geneva: United Nations, 25 mar. 2009.

IIPFCC. **Declaration of the First International Indigenous Peoples’ Forum on Climate Change**. The Hague: International Indigenous Peoples’ Forum on Climate Change, 12 nov. 2000.

IPCC. **Special Report on Climate Change and Land: Summary for Policymakers**, 2020. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/summary-for-policymakers/>>. Acesso em 29 fev. 2024.

IPCC. **Climate Change 2022 – Impacts, Adaptation and Vulnerability: Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

JUN, J. et al. **Indigenous peoples, water, and climate change**. Stockholm: Stockholm International Water Institute, 2020.

KRENAK, A. Um Outro Nome para as Mudanças Climáticas: “Tudo o que fere a terra fere aos filhos da terra”. Em: LIMA, A.; FANZERES, A.; ALCÂNTARA, L. (Eds.). **Mudanças Climáticas e a Percepção Indígena**. 2. ed. Mato Grosso: Operação Amazônia Nativa (OPAN), 2018. p. 20–23.

KRONIK, J.; VERNER, D. **Indigenous Peoples and Climate Change in Latin America and the Caribbean**. Washington, DC: The World Bank, 2010.

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.29, n.02, e7879, Jul./Dez. 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v29i02.7879>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

NAKASHIMA, D. J. **Weathering uncertainty: traditional knowledge for climate change assessment and adaptation**. Paris, Darwin: UNESCO; UNU-IAS, 2012.

NUSDEO, A. M. DE O.; SILVA, M. G. DE P. E. A proteção dos Direitos Humanos e a agenda climática: convergência e desafios. **Diálogos Socioambientais**, v. 6, n. 16, p. 9–12, mar. 2023.

OLIVEIRA, A. R. DE; DO VALE, S. B. **Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas, região da Serra da Lua – RR**. Boa Vista: Conselho Indígena de Roraima (CIR), 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples**. New York: United Nations, 13 set. 2007.

POWLESS, B. An Indigenous Movement to Confront Climate Change. **Globalizations**, v. 9, n. 3, p. 411–424, jun. 2012.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, p. 1–14, 2022.

TÁÍWÒ, O. O. **Reconsidering Reparations**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2022.

UNFCCC. **Report of the Conference of the Parties on its twenty-third session, held in Bonn from 6 to 18 November 2017. Addendum. Part two: Action taken by the Conference of the Parties at its twenty-third session**. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change, 8 fev. 2018.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE SECRETARIAT. **Background note: Process to strengthen the observer engagement in the UNFCCC**. Bonn: UNFCCC, 2022.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **The future we want**. Rio de Janeiro: United Nations, 22 jun. 2012.

VELAND, S. et al. Procedural vulnerability: Understanding environmental change in a remote indigenous community. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 1, p. 314–326, fev. 2013.

YAMIN, F.; DEPLEDGE, J. **The international climate change regime: a guide to rules, institutions and procedures**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.

Artigo submetido em 22/10/2023, aceito em 15/11/2023 e publicado em 10/12/2023.

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.29, n.02, e7879, Jul./Dez. 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v29i02.7879>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).